

Fontes escritas, registo arqueológico, História de África: percursos possíveis para um método comparativo¹

Pedro Albuquerque

Uniarq/CLEPUL

Written Sources, Archaeological Record, African History: possible pathways to a comparative method

Abstract:

The aim of this paper is to present some aspects of a comparative methodology that deals with three main themes: Ancient written sources, Archaeological record and some cases studied in African History. This comparative method tries to reach some historical explanations of the representations of Tartessos in those written sources, as well as in the archaeological processes known in some regions of the Southwestern Iberia. Analyzing historical episodes like the Portuguese presence in Angola, it's possible to create a questionnaire for some situations represented in ancient texts and for the archaeological record. The first, and perhaps more important, aspect is the deconstruction of territorial perceptions among the resident communities by the colonial power. This deconstruction (or violent process) implied a reorganization of the resident communities, and created new identities and changes in material culture. Processes of this type can be identified in the ancient written sources.

Keywords: Comparative method; African History; Written sources; Archaeological record; Tartessos; Territorial perceptions

Resumo:

Pretende-se, com este artigo, apresentar alguns aspectos de uma metodologia comparativa que incide sobre três temas: fontes escritas antigas, registo arqueológico e alguns casos estudados no âmbito da História de África. Este método comparativo procura apresentar algumas explicações históricas para as representações de Tartessos nessas fontes escritas, do mesmo modo que para os processos arqueológicos reconhecidos em várias regiões no Sudoeste da Península Ibérica. Analisando episódios históricos como a presença portuguesa em Angola, é possível criar um questionário para algumas situações vertidas para os textos e para o registo arqueológico. O primeiro, e talvez o mais importante, aspecto é a desconstrução das percepções territoriais das comunidades residentes por parte do poder colonial. Esta desconstrução (ou processo violento) implicou uma reorganização das comunidades residentes, criando novas identidades e mudanças na cultura material. Processos deste tipo podem ser identificados nas fontes escritas antigas.

Keywords: Método comparativo; História de África; Fontes escritas; Registo Arqueológico; Tartessos; Percepções territoriais.

¹ Artículo recibido el 30-10-14 y aceptado el 20-11-14

As investigações dos últimos anos têm vindo a incidir sobre temas relacionados com a construção de identidades étnicas na Antiguidade, baseando-se na hermenêutica das fontes escritas (Cruz & Mora, 2004, eds.; Wulff & Álvarez, 2009, eds.) e, em menor medida, nos testemunhos linguísticos (cf. Correa, 2009). Outros estudos valorizam o registo arqueológico, complementando-o com a análise da toponímia peninsular (entre outros, Torres, 2005; Almagro & Torres, 2009; García, 2012).

O uso das fontes destas disciplinas (História, Arqueologia, Filologia, Linguística, etc.) apresenta alguns problemas quando procuramos obter uma visão de conjunto ou mesmo um discurso que equilibre os contributos de todas elas. Não é objectivo deste trabalho apresentar esse discurso, mas antes apontar algumas questões que parecem pertinentes quando pretendemos abordar o registo arqueológico numa perspectiva mais abrangente, e assinalar caminhos possíveis para a análise de processos de mudança, de transição.

Coloca-se, com isto, uma questão: de que modo um conjunto de transformações ao nível da materialidade pode ser semelhante a outros que tanto os textos da Antiguidade como determinados processos na História de África transmitem?

Este trabalho procura analisar as três vertentes assinaladas no título: fontes escritas, registo arqueológico e História de África. À partida, apresentam várias diferenças em termos de documentação disponível e de metodologia de análise, o que de algum modo pode ser um obstáculo à realização de um estudo comparativo. No entanto, apesar de todas as limitações que a comparação pode ter², o que aqui se transmite é o estudo de um caso muito particular: a chegada de populações orientais à Península Ibérica nos séculos iniciais do I Milénio a.C., comparada com a implantação do poder colonial português em Angola e, por sua vez, com situações similares identificadas tanto no Antigo Testamento como noutras fontes da Antiguidade Clássica.

Delimitado o âmbito de análise deste breve texto, resta apresentar os temas que serão tratados ao longo das próximas linhas e que resumem parte de um trabalho recente, dedicado à discussão sobre a construção de identidades de Tartessos ou dos Tartéssios (Albuquerque, 2014). Neste contexto, importa reflectir sobre o questionário aí utilizado, dividindo-se esta reflexão em quatro pontos: (I) potencialidades do uso de estudos da História de África; (II) a língua como factor identitário e de representação; (III) a necessidade de analisar a terminologia relativa a grupos humanos, transmitida nos textos clássicos, bem como critérios de individualização/ representação de comunidades; (IV) partindo do caso da construção da Angola colonial, apresentam-se algumas notas para a análise da documentação escrita e do registo arqueológico.

² O tema da História comparada será abordado numa outra ocasião.

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DOS ESTUDOS DE HISTÓRIA DE ÁFRICA

A comparação de dois contextos históricos diferentes tem a particularidade de permitir a colocação de questões que, de outro modo, seriam impensáveis (cf. Kocka, 2003). No caso particular dos estudos de História de África, surgem exemplos de processos de imposição do poder colonial, com claros reflexos na materialidade, alertando para uma cada vez maior interação entre estes campos de estudo, que permita alargar os horizontes da comparação e, sobretudo, dos questionários possíveis.

Estes questionários podem incidir sobre várias temáticas, começando pela crítica à produção literária europeia sobre as comunidades africanas, bem como aos conceitos aí utilizados, entre estes o de “Etnia” ou “Grupo étnico” (Amselle & M’Bokolo, 1999; Moret, 2004; Albuquerque, 2013a). Assim, o estudo das *representações* afigura-se como essencial para definir o alcance das fontes europeias sobre o “Africano” (Horta, 1995), fornecendo dúvidas que, com o devido distanciamento crítico, podem ser utilizadas para questionar os textos que representam as comunidades peninsulares (Albuquerque, 2010; 2013b). São, para todos os efeitos, produções textuais que têm a particularidade de transmitir o modo de pensar de quem produz o discurso, mais do que a vivência do grupo de indivíduos que é representado.

Esta circunstância faz com que estas produções textuais possam ser comparadas, com a vantagem de se verificar, no caso africano, toda uma construção metodológica que visou as contradições daqueles discursos, defendendo novas formas de analisar os processos históricos (cf. Amselle & M’Bokolo, 1999; Moret, 2004). É desta necessidade, aliada à valorização do papel do «Indígena» nos cenários de contacto, que surgiram estudos que procuraram descrever processos de imposição de poderes emergentes. É o caso da obra de I. Castro Henriques sobre *Território e Identidade* na construção da Angola colonial (Henriques, 2004).

O facto de se tratar de um fenómeno recente permitiu a conservação de vários tipos de fontes: fotografias e gravuras que registaram o “antes” e o “depois” da chegada do poder colonial; documentos administrativos; relatos de viagens etnográficas, etc.. Esta vasta documentação é fundamental para enquadrar várias transformações ao nível da materialidade das comunidades residentes em contextos mais amplos e que podem apresentar alguns paralelos com outros processos históricos ocorridos no Sudoeste da Península Ibérica durante a Proto-história. Estes têm em comum dois aspectos fundamentais: representam encontros entre uma entidade em expansão e as comunidades residentes, bem como um conjunto de adaptações às novas circunstâncias, materializadas no próprio território.

O caso angolano caracterizou-se, sobretudo, por um desmantelamento progressivo das percepções territoriais das comunidades residentes, organizadas em torno de

marcadores que transmitiam visualmente o percurso histórico de cada comunidade (marcadores de caminho, necrópoles, monumentos evocativos, etc.) e definiam, através destes, a identidade dos grupos humanos. Estas percepções foram, com a imposição do sistema colonial, substituídas pela cartografia, que pretendia fazer coincidir *o mapa* e *o território*, e por novos marcadores que passaram a estruturar uma nova organização, reforçando o poder dominante (Henriques, 2004).

É interessante assinalar que as “etnias” africanas fazem parte destes processos de organização e representação dos territórios e são, na maioria das vezes, construções elaboradas em contexto colonial, assumidas e utilizadas *a posteriori* por esses grupos (cf. Amselle & M’Bokolo, 1999; Moret, 2004). A bibliografia produzida durante esse período testemunha de forma bastante eloquente as dificuldades que os “etnógrafos” sentiram na individualização desses grupos e na conseqüente elaboração de “mapas étnicos”, ou melhor, na aplicação dos seus próprios critérios de observação/ representação/ diferenciação (cf. Estermann, 1983). Deve também assinalar-se, para complementar esta linha de raciocínio, que o conceito de “Etnia” é uma criação colonial destinada a designar grupos humanos, diferenciando-se de “Nação”. É, portanto, indissociável de processos destinados a controlar e delimitar as relações de pertença das comunidades residentes. Os textos etnográficos são, neste sentido, fontes históricas e documentos extraordinários para analisar a mentalidade de quem os produziu e não tanto a vida e a identidade de quem é representado. Este cenário pode inspirar algumas cautelas para o investigador que se debruça sobre os textos da Antiguidade e que os utiliza como instrumento para o estudo das antigas populações peninsulares. Em primeiro lugar, pela possibilidade de que ditas “etnias” nas fontes possam ser criações de observadores exógenos. Em segundo, porque se torna quase obrigatório reflectir sobre o significado do termo “Etnia” ou “grupo étnico”, na medida em que é, essencialmente, um produto do colonialismo e um espelho de muitos preconceitos actuais³.

Mas estes não são os únicos casos. Outros podem também ser úteis para problematizar processos arqueologicamente identificados, nomeadamente o reflexo do tráfico de escravos no registo arqueológico da África ocidental (DeCorse, ed., 2001). Assim, entre os séculos XV e XX na Senegâmbia, registam-se processos que foram destacados por S.K. McIntosh: o abandono de vários núcleos habitacionais, o crescimento exponencial de outros e a formação/ consolidação de uma elite guerreira (McIntosh, 2001). Estes processos reflectem, com alguma clareza, que as populações procuram integrar-se num sistema ou proteger-se dele. Mas, por outro lado, sugerem uma possibilidade de interpretação que não é condizente com a benevolência com que muitos destes contactos e transformações similares são vistos pela investigação. A presença “fenícia” é um

³ Hoje em dia, é muito comum ver que o termo se refere a minorias, como se fosse um conceito aplicável, exclusivamente, ao “outro” e nunca a um grupo integrado no conceito de “Nação”.

exemplo claro dessa visão excessivamente otimista (cf. Moreno Arrastio, 2000).

Chegamos, com isto, aos dois últimos casos desta breve enumeração. O primeiro deles centra-se na análise das *Spirit Provinces*, assim designadas por E. Crowley (1993), que consistiam na criação de mecanismos destinados à integração de *outsiders* em identidades regionais governadas por espíritos locais, em Cachéu (Guiné - Bissau). Esta estratégia de integração permitia às comunidades inseridas nestas “províncias” o estabelecimento de uma relação de pertença com o território e, por conseguinte, a unificação da diversidade numa identidade comum, desenvolvendo-se ferramentas de controlo territorial e ideológico extremamente eficazes. Esta pode ter sido a função da construção dos edifícios de culto orientais na Península Ibérica (cf. Albuquerque, 2013a, *passim*; 2014: 148ss.).

O segundo diz respeito ao significado de uma designação de grupo, os *Luso-africanos*, enquanto estratégia de identidade/ identificação num ambiente de circulação de pessoas e bens (Guiné de Cabo Verde). Dentro deste grupo é possível integrar indivíduos de origens muito diversificadas numa relação de pertença bastante flexível. Como aponta José Horta, “ser português na Guiné foi [...] uma resultante de convergências heterogéneas nascidas de pontos de partida identitários, na aparência irreduzivelmente antinómicos: europeu e africano” (Horta, 2009, p. 262). Este cenário de convergência e a própria composição do grupo, enriquecida pela diversidade ao longo dos séculos XVI e XVII, fizeram com que na mesma designação estivessem integrados indivíduos com origem castelhana, italiana, guineense, etc., organizados em torno de critério como a profissão, religião ou arquitectura, etc. (cf. *ibid.*: *passim*). Esta situação pode aplicar-se a comunidades proto-históricas peninsulares como os “Tartéssios”?

Uma das principais ilações a retirar desta última situação é a flexibilidade de uma designação “étnica” e transformação da sua composição ao longo dos tempos. Ou seja: os Luso-africanos do séc. XVI não são os mesmos do século seguinte, e isto pode ser válido para outros “etnónimos”. Esta visão não é compatível com uma concepção essencialista dos grupos humanos e conduz a outras questões que devem ser ponderadas, entre elas a da *mestiçagem*, *hibridação* ou, como tem vindo a ser utilizado, *entanglement*.

Não é ocasião para desenvolver este tema com maior detalhe (cf. Albuquerque, 2014: 74ss., com bibliografia e referências textuais), mas não podemos deixar de assinalar que o uso destes termos pressupõe que o observador estabelece uma relação de diferença suficientemente significativa para que considere que um indivíduo é resultante de uma situação de *mistura* (Twisselmann, 1971: 145). Parece, neste sentido, óbvio que a interpretação se baseia na junção de opostos⁴. Dita “mistura” pode também ser

4 O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* apresenta significados que explicam contundentemente esta afirmação: *mestiço* é um indivíduo que “tem pais de etnias diferentes entre si”; *mestiçagem* implica o “cruzamento de raças diferentes” e “reprodução de mestiços entre si”.

abordada na perspectiva dos referentes culturais das entidades em contacto, matizando a questão genética que está associada a esta terminologia (cf. Gruzinski, 1999: 36-37; Bernand & Gruzinski, 2007: *passim*; Albuquerque, 2014)⁵. Estas questões encontram-se bem representadas nas fontes escritas que assinalam a complexidade destas inter-penetrações (Hdt. I, 146 - 147; IV, 108-109; Str. III, 5.4; Sal, *Jug.* XVII; LXXVIII, 4), ou através de um discurso proibitivo, como é o caso do Antigo Testamento, no qual os matrimónios mistos são condenados pelo facto de constituírem uma ameaça à ideologia transmitida nos textos (entre outros, Gn. 34, 13 - 17; Sl. 106, 35-36; Ex. 34, 15-16; Dt. 7, 3; Jz. 3, 5-7).

A análise destes casos, tanto nos relatos do “Novo Mundo” como nos textos da Antiguidade, destaca a complexidade de um tema como o contacto inter-cultural e a formação de novas realidades resultantes da mobilidade de identidades e da formação de novas relações de pertença (Bernand & Gruzinski, 2007: 622; Gruzinski, 1999: 38; Horta, 2009; Albuquerque, 2014: 78 - 79). A análise destas questões desafia a investigação para a interdisciplinaridade e para um contacto mais profundo entre as várias especialidades, de modo a colmatar as lacunas destas perspectivas quando são desenvolvidas individualmente.

A LÍNGUA: ELEMENTO DE IDENTIDADE? DE REPRESENTAÇÃO?

O tema da língua surge no seguimento das afirmações anteriores, não só porque é considerada por muitos como um elemento estruturante da construção identitária, mas também porque é um exemplo de contacto entre disciplinas (Linguística e Arqueologia) quando se pretende reforçar uma determinada linha de argumentação. Reforça, no entanto, uma ideia que deve estar sempre presente num estudo desta natureza: as limitações da comparação entre disciplinas e o modo como as informações são utilizadas para os propósitos da investigação. No caso concreto da toponímia, veremos como só alguns resultados - e não os métodos - foram utilizados para definir, a par do registo material, uma *koiné* tartéssica.

A primeira limitação a considerar é, obviamente, a convicção de que a língua é um elemento estruturante das relações de pertença e um critério universal de identidade ou identificação. Até certo ponto, a língua permite reconhecer os indivíduos que partilham esse “universo” e, ao mesmo tempo, reconhecer o “estrangeiro”. No entanto, há que considerar que os topónimos são menos permeáveis a mudanças quando comparados com as comunidades que deles fazem ou fizeram uso (Sanmartí, 1994: 247), o

⁵ O termo “mestiço” tem origem grega (μικ- /miks- ou μειξ-/ meiks) e transmite uma ideia de *mistura*, presente, aliás, em palavras como μίξελληνες (Plb. I, 67.7; D.S. XXV, 2.2) ou μίξοβαρβαρος (Pl., *Mx.* 245d; X., *Hel.* II, 1.15; E., Ph. 138). O prefixo *mix-* deu origem a palavras latinas como *miscēō**, *mixticius*, *mixtum* e, conseqüentemente, “mestiço”. Note-se, aliás, que o termo designava Cristãos que se uniram aos Muçulmanos na luta contra o rei Rodrigo, adquirindo um sentido político (Gruzinski, 1999: 36-37).

que de certo modo obriga a ter alguma cautela quando se procura analisar a composição “étnica” de um sítio a partir desta informação, como parece ser o caso de *Caura*, actual Coria del Río (cf. Padilla, 1993), ou de *Spal*, actual Sevilha. Estes topónimos têm, respectivamente, origem Indo-europeia e semita, permitindo a interpretação dos processos de fundação e desenvolvimento dos espaços habitados, do mesmo modo que os edifícios de culto associados a cada um destes sítios (entre outros, Belén & Escacena, 1997; Escacena, 1992; 2010; Correa, 2000; Albuquerque, 2014: 19ss., com bibliografia)⁶.

A segunda limitação diz respeito ao uso deste tipo de informação. Na maioria das vezes, a análise toponímica não é acompanhada por uma hermenêutica minuciosa das fontes (García Moreno, 1989: 28), que permitiria definir melhor os mecanismos de transmissão destes nomes de lugar. Por outro lado, uma argumentação que recorra a estes dados para sustentar uma posição relativamente à *koiné* tartéssica tem a particularidade de apresentar várias lacunas: a primeira delas é a consideração de que topónimos transmitidos em textos tardios são úteis para a Idade do Ferro (Torres, 2005); a segunda é o facto de se utilizar uma designação (“toponímia tartéssica”) baseada num critério locacional, i.e., a partir da identificação de várias séries toponímicas concentradas ao longo do Guadalquivir (Villar, 2000)⁷. A terceira, para terminar esta breve enumeração, resulta da falta de acompanhamento das discussões mantidas em torno destas questões.

Esta última questão é de extremo interesse para a reflexão apresentada neste texto, uma vez que é uma das principais limitações de um estudo comparativo. Não é possível exigir a um arqueólogo que domine os problemas da Linguística ou da crítica textual, mas deve exigir-se uma postura crítica face à natureza das informações que utiliza, para não correr o risco de aplicá-las acriticamente numa linha de argumentação, somente com o intuito de provar ou reforçar um apriorismo. Não deve ser este o objectivo do método comparativo: pelo contrário, a comparação serve para *desafiar* esses apriorismos, para propor novos caminhos de investigação e para reforçar essa necessária postura crítica.

Mas voltemos ao tema da língua. A partir do momento em que se pretende analisar a importância do idioma, torna-se imprescindível recorrer aos textos antigos para ter uma ideia, nem que seja nebulosa, de como este critério pode (ou não) ser determinante para a construção de identidades colectivas, seja através da auto-percepção, seja através da hetero-percepção. Uma primeira observação é, claramente, a distinção que Heródoto faz logo no prólogo da sua obra entre *Gregos* e *Bárbaros* (τὰ μὲν Ἑλλῆσι τὰ

6 Não deixa de existir aqui uma tendência implícita de considerar um topónimo Indo-europeu como autóctone e o outro como exógeno, quando ambos têm origem externa.

7 Por sua vez, esta ideia é indissociável da proposta de localização de Tartessos no Guadalquivir, que tem como ponto de partida uma interpretação estraboniana de uma passagem da *Gerioneida*, de Estesícoro de Himera (fr. 184 PMG; Str. III, 2.11).

δὲ βαρβάροισι), independentemente da variedade de línguas «bárbaras» (Dubuisson, 1982: 6-7; 2001: *passim*). O autor de Halicarnasso ou Túrios apresenta os atenienses como um povo de origem pelásgica que mudou a sua língua ao tornar-se helénico, o que determinaria, para Heródoto, os progressos de cada grupo (I, 56 - 58).

Esta observação conduz a pensar que os grupos que falam uma mesma língua (ὁμόγλωσσοι*/ homoglôssos) podem ser representados como um todo (Hdt. I, 57.3; 171.6; II, 158, etc.). Porém, o facto de se reconhecer uma comunidade linguística não significa que se está perante grupos “eticamente” homogéneos (cf. Hdt. I, 171.6: há povos que falavam o mesmo idioma dos Cários, mas eram diferentes), muito menos perante costumes semelhantes (Hdt. I, 172.2)⁸.

Deve assinalar-se que a língua só começou a ser teorizada com as conquistas de Alexandre, uma vez que passou a ser um elemento determinante para a transmissão de conhecimentos e para a aprendizagem do Grego entre as populações conquistadas. Antes disso, surgiram especulações sobre a origem da linguagem e sobre as características das línguas. Este tema merece desenvolvimento, mas tal não se justifica nesta ocasião. Deve, no entanto, assinalar-se que os conhecimentos dessas outras línguas podiam não ser suficientes para distinguir variantes, ou melhor, dialectos, como por várias vezes Heródoto assinalou na sua obra em contextos muito próximos, cultural e linguisticamente, dos seus (Hdt. I, 142).

Acrescenta-se ainda que estas informações podem ser obtidas indirectamente. Tal parece também ter sido o caso dos dados obtidos nos Censos de 1940 em Angola, marcados pela elaboração de critérios de representação e individualização, tais como a cultura material, a língua, os traços somáticos, etc.; é interessante constatar que esses critérios revelaram-se, invariavelmente, insuficientes, entre eles a língua (cf. Estermann, 1983: 18; Henriques, 2004: fig. 18).

A observação e representação de comunidades por parte de um observador externo é um aspecto que estes discursos, em épocas e contextos diferentes, têm em comum e, por conseguinte, inspiram as mesmas dúvidas. A maioria destas fontes não é explícita em relação aos critérios que presidem à individualização de uma comunidade. E as que constituem uma excepção a esta situação, como os Censos de 1940, revelam que os critérios ditos “científicos” dessa percepção da realidade são falaciosos.

ANÁLISE DA TERMINOLOGIA DOS TEXTOS

É por este motivo que uma interpretação dos textos com base nos conceitos utilizados pode ser de extrema utilidade, uma vez que permite uma aproximação a ditos critérios de individualização (cf. Albuquerque, 2013a; 2014: 62ss.). Termos como *ethnos*

⁸ Este tema faz também parte de um estudo que está a ser desenvolvido pelo signatário.

(ἔθνος), *génos* (γένος) e *phylê* (φυλή) designavam grupos e a sua análise pode ser um ponto de partida possível para compreender a complexidade dos seus usos, inclusive numa mesma obra⁹.

Este estudo justificou-se por uma aparente referência *implícita* a um *ethnos* tartéssico em Heródoto (I, 163) e *explícita* a uma *phylê* tartéssica em Herodoro de Heracleia (*Adm. Imp.* 23; *FGrH*, 31, fr. 2a). A ausência de qualquer um destes termos na passagem herodotiana obriga a reflectir sobre o modo como o autor concebia esses tartéssios, como estes foram individualizados no seu discurso ou, como parece mais certo, no relato dos seus informadores focenses. Atendendo à própria construção da frase *com o rei dos tartéssios* (τῷ βασιλεί τῶν Ταρτησίων), é possível que Heródoto se refira a um *ethnos*, como noutras ocasiões em que utiliza o termo *basileus*¹⁰. A construção de uma frase destas características obriga ao uso de um etnónimo no genitivo, uma vez que se refere um povo submetido ao rei (e não um território), como assinala C.P. Jones (1996: 36)¹¹.

Se, no caso da obra de Heródoto, é possível identificar todas as ocasiões em que surge esta terminologia, em Herodoro isso é impossível, uma vez que o seu legado é conhecido através de fragmentos e *testimonia* (*FGrH*, 31). Tal situação impede qualquer aproximação ao uso desta terminologia na sua obra e, conseqüentemente, não permite estabelecer uma relação clara entre um *génos* ibérico e uma *phylê* tartéssica, ou qual o entendimento do autor sobre estes temas. Esta análise dos contextos em que um termo surge é uma ferramenta útil para a apreensão dos seus significados, na ausência de explicação por parte dos autores que o utilizam (cf. Jones, 1996: 315; Albuquerque, 2013b).

Tanto *ethnos* como *génos* parecem ser conceitos destinados a transmitir uma ideia de grupo, sem que, muitas vezes, o seu transmissor tenha uma noção clara da sua composição, ou até mesmo da sua localização. Esta afirmação é, sobretudo, válida nos casos em que o autor refere uma realidade distante da sua, da qual não tem conhecimentos muito profundos (p.ex., Tartessos em Heródoto). É, neste sentido, muito provável que estas designações sejam produtos da representação e não tanto da percepção das comunidades representadas sobre si mesmas.

Parece, assim, evidente que estas representações pertencem mais à História de quem produz o discurso do que das sociedades que este pretende descrever e catalogar, uma vez que o texto é produzido «nos limites e possibilidades dos referentes culturais do observador» (Horta, 1995: 190), entre eles os critérios de individualização. Dito de outro modo: podem registar-se, neste casos, profundos desfasamentos entre o que é a *identi-*

⁹ ἔθνος é, normalmente, traduzido por «povo»; γένος implica uma relação de estirpe ou linhagem, descendência, etc.; φυλή é, na maioria das vezes, traduzido por «tribo».

¹⁰ Κροῖσος ὁ Λυδῶν τε καὶ ἄλλων ἐθνέων βασιλεύς: “Creso, rei dos Lídios e de outros povos” (Hdt. I, 53.2)

¹¹ Dito de outro modo: em Grego, não seria possível dizer que Argantónio era “rei de Tartessos”, daí a expressão “rei dos tartéssios”.

dade de uma comunidade (i.e., uma imagem produzida por ela própria) e *identificação*, embora não se excluam situações em que um grupo se identifica perante outros com o nome pelo qual são conhecidos pelo “estrangeiro” ou mesmo pelos informadores deste (Crowley, 1993: 280 - 284; Albuquerque, 2014: 56).

Observador e autor nem sempre são a mesma pessoa. No entanto, estes textos podem reflectir a percepção que se teve no momento de um contacto mais ou menos intenso ou prolongado. Ou seja, o discurso de um Modo de Contacto Sistemático (MCS) é diferente do de um Modo de Contacto não Hegemónico (MCnH)¹². Identificar o que condiciona estes discursos (ou os próprios contactos que lhes dão origem) é um exercício imprescindível para retirar informações de um texto sobre as sociedades que pretendemos analisar, mas, sobretudo, para conhecer as suas limitações.

Podemos perguntar: que critérios foram utilizados para a individualização dos «tartéssios»? Atendendo à variedade de situações em que termos como *ethnos*, *génos* e *philê* são utilizados, a resposta a esta pergunta está longe de ser simples. Hdt. VIII, 144.2 é neste sentido um exemplo frequentemente assinalado para explicar o sentido da primeira palavra. No entanto, apesar de estar ausente da passagem heroditiana, é possível que aqui exista uma menção indirecta a um *génos* e não a um *ethnos*¹³. Neste texto, os Helenos referem-se a si mesmos como uma comunidade que partilha laços de sangue, língua, costumes, sacrifícios aos deuses e santuários (Jones, 1996: 315 e n.4; Cardete del Olmo, 2004: 23)¹⁴.

Apesar do enorme interesse deste texto, parece evidente que Heródoto pode não ter conhecido os povos que menciona ao ponto de reconhecer neles todas as características que enumera nesta passagem, aliás referente a um âmbito próximo do seu. Estes critérios podem ter sido válidos numa determinada circunstância, que exigiu a união entre comunidades e que motivou a valorização de elementos comuns que, noutras ocasiões, podem ser afastados ou, simplesmente, ignorados.

O que, hoje, chamamos registo material não faz sequer parte destes critérios de individualização e representação e, como vimos, a língua nem sempre é um aspecto valorizado, menos ainda quando em nenhuma ocasião há referência nas fontes a uma “língua tartéssica”, nem a uma comunidade de santuários¹⁵, nem a informações que seriam expectáveis num discurso etnográfico (costumes, comportamentos perante a morte, etc.: cf. Soares, 2003).

12 Segundo a terminologia de J. Alvar (2000).

13 O signatário agradece a Carmen Leal Soares por esta sugestão.

14 “[...] por otro lado está el mundo griego, con su identidad racial y lingüística, con su comunidad de santuarios y de sacrificios a los dioses, y con usos y costumbres similares, cosas que, de traicionarlas supondrían un baldón para los atenienses” (Trad. C. Schrader): αὔτις δὲ τὸ Ἑλληνικὸν ἐὼν ὁμαιμὸν τε καὶ ὁμόγλωσσον καὶ θεῶν ἰδρύματά τε κοινὰ καὶ θυσίαι ἡθεά τε ὁμότροπα, τῶν προδότας γενέσθαι Ἀθηναίους οὐκ ἂν εὖ ἔχοι.

15 Deve assinalar-se que estes textos transmitem informações de territórios costeiros.

Todos estes aspectos permitem afirmar, com um assinalável grau de certeza, que as referências a um *ethnos* tartéssico não pressupõem a existência de um grupo homogéneo do ponto de vista étnico. Basta citar os exemplos dos Trácios (Hdt. V, 3.1), dos Iónios (Hdt. I, 146.1) e dos Cipriotas (Hdt. VII, 90) para verificar que uma designação comum pode ser reflexo de realidades heterogéneas do ponto de vista “étnico”. Esta dúvida é ainda mais válida a partir do momento em que o registo arqueológico dos séculos IX - VI a.C. é chamado à colação.

De acordo com a tradição historiográfica mais comum, e sintetizando-a de algum modo, Tartessos foi uma “civilização” indígena, com génese no Bronze Final, que se desenvolveu no Sul peninsular, a Ocidente do Estreito de Gibraltar e concentrada ao longo do Guadalquivir. Esta imagem foi determinante para identificar as já mencionadas séries da “toponímia tartéssica”, e foi também fundamental para que se considerassem “tartéssicos” todos os sítios localizados no interior. A *communis opinio* “Fenícios na costa, Indígenas no interior”, foi desafiada nos últimos vinte anos com o desenvolvimento de estudos paleogeográficos no Guadalquivir (Arteaga, Schulz & Roos. 1995), que colocaram sítios como El Carambolo, Sevilha e Coria del Río em ambiente marítimo e, um pouco mais no interior, a extraordinária concentração de sítios na envolvente de Carmona (cf. Belén & Escacena, 1997; Escacena, 2010, etc.).

A isto junta-se a profunda revisão historiográfica, desenvolvida nos últimos anos (Álvarez 2005; 2009, com bibliografia), que teve a particularidade de colocar o dedo em muitas feridas da interpretação de Tartessos nos últimos séculos, em particular depois de Schulten e dos trabalhos de Maluquer de Motes. Estes dois últimos autores são, em boa medida, responsáveis pela implementação de ideias que, apesar das justas reservas e matizações, são ainda defendidas. Dita revisão historiográfica colocou, por exemplo, a hipótese de que Tartessos seja, no essencial, um fenómeno “fenício” ou, pelo menos, nascido com a presença oriental no Sudoeste (cf. Alvar, 1989; Álvarez, 2007).

Quando as atenções se voltam para o registo arqueológico, é inevitável destacar a falta de conhecimentos sobre o “antes”, o que impede de caracterizar devidamente um suposto “depois”. Esta falta de dados não deve ser sobrevalorizada. Pelo contrário, deve alertar para a existência de situações de mudança efectiva, tanto das razões que levaram à escolha dos lugares para habitar, quer dos sítios onde os mortos eram enterrados. Assim, embora não se saiba ao certo o que mudou, como mudou e com que intensidade, parece evidente que o território do Baixo Guadalquivir assistiu à afirmação de novos mecanismos de percepção territorial, quer pelos edifícios dedicados ao culto, como *Caura*, El Carambolo e o sítio identificado na c/ Diego Navarro 20 e Palácio do Marqués del Saltillo (Carmona), quer pelas várias necrópoles implantadas na envolvente de Carmona. Foi o reconhecimento desta aparente descontinuidade, aliado à afirmação de elemen-

tos materiais que remetiam para uma estética oriental, de origem externa ou mesmo criados em âmbito peninsular¹⁶, que motivou o questionário, acima referido, sobre o desmantelamento de percepções territoriais e, através destas, da imagem histórica/identitária das comunidades residentes. A organização do território é, neste contexto, um importante aspecto a considerar para analisar os possíveis impactos da chegada de populações com objectivos de domínio, bem como os mecanismos de construção de memórias no próprio espaço habitado.

Podemos citar alguns exemplos literários que exemplificam este ponto de vista¹⁷. Na *Odisseia* (XXIV, 80 - 84), assinala-se a necessidade de construir uma sepultura que tivesse algum destaque na paisagem, de modo a recordar os três defuntos aí enterrados (Aquiles, Pátroclo e Antínoo), criando um elemento de memória¹⁸. Este exemplo não é isolado (cf. *Il.* XXIII, 236-248), mas permite afirmar que a imagem histórica de um grupo é, também, projectada no território e justifica a necessidade de destruir alguns desses marcadores.

Tal parece estar bem patente na “purificação de Delos”, descrita por Heródoto (I, 64) e Tucídides (I, 8.1). Tal purificação caracterizou-se pela exumação das sepulturas das comunidades que, anteriormente, habitavam a ilha e que estavam no raio de visão do santuário. Curiosamente, os homens que levaram a efeito este acto ficaram a saber que aquele espaço tinha recebido enterramentos cários. No Antigo Testamento, Josias mandou destruir enterramentos (2Rs. 23, 16 - 18), enquanto que em Dt. 12, 1 - 3 se ordena a eliminação dos marcadores territoriais dos povos desalojados pelos “filhos de Israel”¹⁹.

PARA UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS FONTES ESCRITAS E DO REGISTO ARQUEOLÓGICO

Através destes exemplos (aos quais se juntariam outros) é possível assinalar a importância dos marcadores territoriais para a construção e reconhecimento da identidade de uma comunidade. Tal aspecto parece justificar a destruição destes elementos de memória, fundamentais para a coesão identitária de um grupo, em prol de outros

16 Entre estes, contam-se os marfins, estudados por M.^a E. Aubet (1978; 1980; 1980-1981) e as cerâmicas tipo “Lora del Río” (Murillo, 1989), identificados em Montemolín (Bandera *et al.*, 1993) e no Palácio de Marqués del Saltillo (Belén *et al.*, 1997).

17 Outros exemplos em Albuquerque, 2014: 228ss.

18 “A los tres erigimos un túmulo grande y sin tacha,/ trabajando la tropa robusta de argivos lanceros, / sobre un cabo eminente a la orilla del ancho Helesponto /por que fuese de lejos visible en el mar a los hombres,/ hoy en vida y a aquellos que vivan en siglos futuros” (trad. J.M. Pabón): ἀμφ’ αὐτοῖσι δ’ ἔπειτα μέγαν καὶ ἀμύμονα τύμβον/ χεύαμεν Ἀργείων ἱερὸς στρατὸς αἰχμητῶν/ ἀκτῆ ἔπι προύχουση, ἐπὶ πλατεῖ Ἑλλησπόντῳ,/ ὥς κεν τηλεφανῆς ἐκ ποντόφιν ἀνδράσιν εἴη/ τοῖς οἷ νῦν γεγάασι καὶ οἱ μετόπισθεν ἔσσονται.

19 Destruí todos os santuários, em que os povos, por vós desalojados, tiverem prestado culto aos seus deuses, nos altos montes, nas colinas e debaixo das árvores frondosas./ Derrubai os altares, quebrai os monumentos, queimai os bosques sagrados e abatei as imagens dos deuses; fazei desaparecer daquela terra a sua lembrança (Dt. 12, 2 - 3)

elementos simbólicos, associados ao grupo que, nestes contactos, se impõe. E é neste contexto, precisamente, que se afirma a validade da comparação com o caso angolano, uma vez que, como vimos, assistiu a processos muito semelhantes. Comparar é, por esta razão, imprescindível para formular outros questionários sobre as realidades arqueológicas.

Antes de tratar a possível materialização destes processos, é de toda a utilidade trazer novamente à colação a questão das *Spirit Provinces* ou sistemas de construção identitária por parte de grupos de origens diversificadas. Uma vez mais, os textos fornecem elementos extraordinários para esta discussão, particularmente as fontes clássicas²⁰. Por exemplo, o santuário Paniónio (Πανιώνιος), referido por Heródoto (I, 142 - 143) foi construído em honra de Possídon Helicónio sobre um Promontório (Hdt. I, 148.1) e constituía um elemento comum de grupos que não falavam um mesmo dialecto, mas que se auto-designavam como “Iónios”. A estrutura em si, destacada na paisagem, parece representar ou simbolizar uma união, um controlo visível do território, ao mesmo tempo que parece sustentar etnocentrismo iónico em relação aos Cários (Lohmann, 2012: 32 - 33; Albuquerque, 2014: 84 - 86). A realização de festas parece também ser um instrumento de consolidação das relações entre grupos, aliás comparado por Heródoto ao santuário Triópico, mas neste caso os Dórios que o fundaram excluíram as comunidades que violavam as leis do santuário (I, 144.1).

Estes exemplos exprimem o funcionamento de mecanismos de consolidação identitária em territórios que integram grupos diferentes entre si, mas com estratégias comuns. Nestes casos, tanto os textos como os estudos que tratam situações como a construção de *Spirit Provinces* são pontos de partida para questionar processos como a expansão oriental no Ocidente peninsular, tanto em territórios interiores como costeiros, particularmente a construção de edifícios dedicados ao culto.

Seria despropositado assinalar nesta ocasião um rol exaustivo dos sítios arqueológicos que se enquadram nesta situação. No entanto, não deixa de ser interessante olhar para exemplos como o do Castro dos Ratinhos (Berrocal & Silva, eds., 2012), durante a fase que se desenvolve entre finais do séc. IX e último terço do séc. VIII a.C., na perspectiva da desconstrução das percepções territoriais, ou da imposição de um novo marcador num espaço que tinha um grande destaque no contexto do espaço habitacional (i.e., ocupa a zona mais alta). Esta construção surge num processo (aparentemente) marcado pelo abandono de vários núcleos habitacionais nesta região. A planta ortogonal do edifício contrasta, claramente, com a arquitectura circular das restantes casas, implementando-se sem qualquer etapa prévia de transição ou de mudança. Este con-

20 Note-se que os discursos dos textos do AT, grande parte deles escritos depois do Exílio, promovem a ideia de imposição dos “filhos de Israel” sobre outros povos e, como tal, tentam encobrir estas realidades no sentido de uma ideia de homogeneidade.

traste não deixa de inspirar alguma perplexidade, sobretudo quando a investigação está perante um possível edifício de culto, a julgar por todo o conjunto (estruturas e materiais identificados), inclusivamente a pequena muralha que o circunda²¹. A transmissão deste tipo de informações, do foro metafísico, implica uma estreita comunicação, suficientemente eficaz para transmitir uma ideologia, a presença directa de indivíduos com origem e/ou ideologia orientais, ou mesmo a contracção de matrimónios (cf. o caso de Jezabel e Acab, em 1Rs. 16, 31 - 33; Albuquerque, 2014: 189 - 190). Estaremos perante uma situação de dependência?

Não se sabe ao certo qual era a função das estruturas identificadas imediatamente abaixo desta, mas tudo parece apontar para um desmantelamento de espaços que detinham uma determinada função para esta comunidade, bem como para o agravamento de clivagens sociais/ideológicas no interior do espaço habitado. Estas, por sua vez, marcam o início da última fase de ocupação dos Ratinhos. Esta terminou com o incêndio do edifício e da muralha, e com um uso posterior (habitacional) de perto de trinta anos (Berrocal-Rangel & Silva, 2012: 422). Seria pertinente afirmar que se trata de um exemplo de tentativa frustrada, a longo prazo, de imposição de um novo sistema no contexto de um povoado, comparável a Alcorrín (Albuquerque, 2014: 190 - 191)?

Estes edifícios detêm um papel político, económico e religioso inegável, reforçando a sua importância como elementos determinantes nas percepções territoriais. A sua implantação em lugares destacados na paisagem, associada ao controlo das vias de circulação pode ser um ponto de partida para pensar estas estruturas como estratégias de marcação territorial e imposição de poderes emergentes. É, neste sentido, extremamente interessante relacionar estas construções com as já referidas transformações ao nível dos rituais funerários, ou mesmo da escolha da implantação dos enterramentos, às quais se acrescenta a consolidação da presença da arquitectura de planta rectilínea nos núcleos habitacionais.

Situações semelhantes foram registadas em Angola, fazendo pensar em estratégias de adaptação a novas circunstâncias históricas que conduzem a novas manifestações materiais (cf. imagens em Henriques, 2004), sem que isso implique considerar as comunidades residentes como espectadores passivos. Pelo contrário, estas transformações só revelam que estes grupos tiveram um papel activo na construção da sua própria história e das suas estratégias de identificação.

Ao alertar para a análise de possíveis situações de violência, explícita ou implícita (cf. Moreno Arrastio, 2000; Wagner, 2005), esta perspectiva configura uma alternativa viável à interpretação “optimista” destes processos, marcada pela ideia de influência, por via do comércio, por parte dos agentes externos sobre as elites e outros indivíduos

21 Construída, igualmente, com técnicas orientais.

das comunidades residentes, ou mesmo pela ideia de encontros “negociados”. Essas propostas excluem, implícita ou explicitamente, contactos e relações violentas como aquelas que são, amiúde, descritas nas fontes escritas. Esta violência não se circunscreve à guerra, implica outros aspectos da vida social, económica e até mesmo religiosa (cf. *ibid.: passim*).

Na perspectiva apresentada no presente texto, as transformações ou as novidades detectáveis no registo arqueológico (enterramentos, objectos quotidianos, etc.) podem testemunhar a consequência de processos de desmantelamento dos instrumentos de construção identitária das comunidades residentes, e não tanto como um passo dado pelas elites indígenas no sentido do “progresso”, ou uma consequência do fascínio exercido pelo agente externo. Torna-se, portanto, necessário considerar que as relações sociais entre grupos nestes processos nem sempre são pacíficas.

Finalmente, e antes de concluir este texto, impõe-se uma breve nota sobre os mecanismos de *identificação* que a investigação arqueológica utiliza para definir a filiação “étnica” de um sítio arqueológico. Sem entrar num grau de exaustividade desnecessário para os propósitos desta contribuição, é possível citar três exemplos que permitem questionar a interpretação destes processos: *Caura* (Coria del Río), *Beuipo* ou *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Baesuris* (Castro Marim).

No caso do primeiro, assinalou-se que o topónimo foi o ponto de partida para afirmar que o edifício do início do séc. VIII a.C. foi implantado no contexto de um “bairro fenício” integrado num sítio de matriz “indígena”, não obstante a falta de um registo material consistente que sustente esta hipótese²².

O segundo é, igualmente, interessante. A leitura estratigráfica do sítio escavado pela equipa do MAEDS destacou uma ocupação do Bronze Final, identificada a partir de um depósito de escorrência de materiais anterior à fase sidérica (séc. VII a.C.), levando a concluir que esta foi implantada numa zona desocupada. O mesmo pode ser dito em relação à ocupação da colina do castelo de Castro Marim durante a Idade do Ferro, mas neste caso os níveis do Bronze Final foram identificados num corte estratigráfico e não sob as estruturas escavadas.

Tanto a toponímia como as ocupações do Bronze Final - muito menos claras que as da etapa seguinte - foram decisivas para atribuir a estes sítios uma filiação indígena, interpretando-os como resultados de processos em que grupos de comerciantes se estabelecem nas proximidades dos seus principais clientes: as elites indígenas. Esta imagem mantém-se praticamente inalterada, apesar do aumento quantitativo de sítios conhecidos. Ou seja: é uma imagem que não é questionada e que não requer provas materiais. É, sem margem para dúvidas, um apriorismo da investigação. Percebe-se, com isto, as

²² Note-se, porém, que esta interpretação não contradiz o modelo de análise proposto por J.L. Escacena (1992).

razões que conduzem a investigação a definir a filiação «étnica» dos sítios ou das ocupações, mesmo quando não é possível obter uma visão de conjunto mais alargada.

O mesmo pode ser dito em relação ao estudo das necrópoles, embora nestas as assimetrias sociais sejam mais notórias, tanto ao nível do espólio como dos rituais e até mesmo da visibilidade do enterramento. Este aspecto motivou um debate extremamente interessante (cf. Albuquerque, 2014: 224ss., com bibliografia). A identificação de armas e outros enterramentos sumptuosos (p.ex., o caso da «Tumba 17» de La Joya, Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal) acabou por ser fundamental para justificar a existência dessas «elites tartéssicas» (i.e., indígenas), representadas nas fontes por Argantónio, que enriqueceram com o estabelecimento de laços comerciais com os agentes externos, numa coexistência pacífica.

Esta imagem pode ser, no entanto, turva quando comparamos estes registos com outros exemplos, nomeadamente o da Senegâmbia, que assistiu, ao longo de quatro séculos, ao desenvolvimento do comércio de escravos. Neste caso, o abandono de povoados, o crescimento de outros, a consolidação de grupos dirigentes armados com acumulação rápida de riquezas, é explicado por este comércio e pelo domínio dos monopólios da violência necessários para a sua manutenção (McIntosh, 2001).

Estes cenários obrigam, necessariamente, ao desenvolvimento de estratégias de consolidação das relações de pertença que contradizem uma imagem essencialista (cf. Gruzinski, 1999). A heterogeneidade de origens pode ser, no entanto, ultrapassada com a construção de novos marcadores territoriais que garantem essa coesão, mas também o desenvolvimento de actividades económicas. É também importante considerar que estes grupos, identificados no registo arqueológico, não são (cultural e geneticamente) puramente indígenas ou exógenos ao fim de vários séculos de contactos e inter-penetrações.

NOTA FINAL

O desenvolvimento de estudos comparativos permite colocar novas questões ao registo arqueológico, sem que tal signifique uma desvalorização do papel das comunidades residentes na construção do seu percurso histórico. O uso de casos africanos pode alargar-se a outros, desde que cumpram alguns requisitos básicos, nomeadamente a semelhança entre os processos. Isto não pressupõe a existência de similitudes entre as sociedades em termos culturais, mas é possível identificar, como vimos, alguns aspectos comuns entre vários processos.

Neste caso concreto, prestou-se uma especial atenção à importância dos marcadores territoriais na estruturação da coesão identitária de comunidades que podem ser formadas por indivíduos de várias origens. A constante mobilidade de identidades

pode ser analisada na perspectiva apresentada neste texto, fornecendo dados para uma aproximação aos processos de imposição de novos marcadores, acompanhada pela destruição de outros²³.

A identificação de processos deste género nos textos da Antiguidade é um passo decisivo para poder estender esta análise ao registo arqueológico da Proto-história peninsular, em concreto do Sudoeste ou da “área tartéssica”. Tanto os edifícios de culto como as necrópoles podem ser expressões eloquentes de novos mecanismos de afirmação identitária de uma ideologia, ao mesmo tempo que parecem assinalar a afirmação de processos de violência e conseqüente adaptação das comunidades residentes.

A crítica dos textos europeus sobre África, tanto das descrições dos navegantes como dos etnógrafos ou antropólogos é, igualmente, um ponto de partida para questionar o alcance dos documentos gregos ou latinos enquanto fontes para o estudo das comunidades locais. Uma crítica mais apurada destes textos é fundamental para evitar algumas imprecisões que se identificam na bibliografia arqueológica quando surgem referências a textos de várias épocas, sem que se considerem devidamente as condições de elaboração e transmissão dos textos, o conhecimento que os autores tinham das realidades que procuravam descrever, ou mesmo os seus critérios de observação. Isto significa que, na maioria dos casos, a bibliografia arqueológica ignora por completo a crítica textual mais recente, recorrendo a ideias que há muito foram ultrapassadas na hermenêutica das fontes.

Este trabalho pretende, por isso, alertar para um diálogo mais estreito entre disciplinas, que só pode enriquecer os contributos de cada uma delas. A comparação surge neste contexto como um ponto de partida para problematizar os contactos entre populações, bem como as várias transformações que são visíveis no registo arqueológico, como possíveis adaptações das comunidades residentes a novos cenários históricos²⁴.

skapedroalbuquerque@gmail.com

23 Esta perspectiva, note-se, não exclui outras, igualmente importantes para questionar as relações estabelecidas nestes contactos.

24 O signatário aproveita para agradecer aos revisores deste trabalho as importantes sugestões, tanto de conteúdo como bibliográficas.

BIBLIOGRAFIA²⁵

- ALBUQUERQUE, P., (2010): *Tartessos: entre mitos e representações* (= *Cadernos da Uniarq*, 6). Uniarq, Lisboa.
- (2013a): “Alguns pontos de interrogação sobre identidade(s) e território(s) em Tartessos”, *Spal*, 22, 47-60.
- (2013b): “Tartessos e Tartéssios, de Estesícoro a Éforo”, em ARNAUD, J.M.; MARTINS, A.; NEVES, C., (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 633-639.
- (2014): *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação* arqueológica. Um estudo comparativo. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Texto policopiado.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M., (2009) - “La colonización de la costa atlántica de Portugal: ¿Fenicios o Tartesios?”, *Acta Paleohispanica*, 10, 113-142.
- ALVAR, J., (2000): “Comercio e Intercambio en el contexto precolonial”, en FERNÁNDEZ URIEL, P.; WAGNER, C.G.; LÓPEZ PARDO, F., (eds.), *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo. Actas del I Coloquio del CEFYP*. CEFYP, Madrid, 27-34.
- ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M.A., (2005): *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*. CEDMA, Málaga.
- (2007): «*Arganthonius Gaditanus*. La identificación de Gadir y Tartessos en la tradición antigua”, *Klio*, 89.2, 477-492.
- (2009): Identidad y Etnia en Tartessos. *Arqueología Espacial*, 27, 79-111.-AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E., (1999): *Au coeur de l'ethnie. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot.
- AUBET, M.^a E., (1978): “Los marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir. I. Cruz del Negro”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 44, 15-77.
- (1980): “Los marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir, II, Acebuchal y Alcantarilla”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 46, 33-92.
- (1981-1982): “Los marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir (y III): Bencarrón, Santa Lucía y Setefilla”, *Pyrenae*, 17-18, 231-279.
- BANDERA ROMERO, M.^a L., et al., (1993): “Montemolín: evolución del asentamiento durante el Bronce Final y el periodo Orientalizante (campanas de 1980 y 1981). *Anales de Arqueología Cordobesa*, 4, 15-48.
- BELÉN DEAMOS, M.^a; ANGLADA CURADO, R.; ESCACENA CARRASCO, J.L., JIMÉNEZ, A.; LINEROS, R.; RODRIGUEZ, I., (1997): *Arqueología en Carmona (Sevilla). Excavaciones en la Casa-Palacio del Marqués del Saltillo*. Junta de Andalucía/Conserjería de Cultura, Sevilla.

25 As referências das fontes clássicas seguem as abreviaturas do *Greek - English Lexicon*, de Liddell & Scott (disponíveis online em <http://perseus.uchicago.edu/perseus-cgi/getobject.pl?c.0:2:3.LSJ>, cons. a 27/10/2014).

- BELÉN DEAMOS, M.ª; ESCACENA CARRASCO, J.L., (1997): “Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía Occidental”, *Spal*, 6, 103-131
- BERNAND, C. & GRUZINSKI, S., (2007): *Histoire du Nouveau Monde*, vol. II, *Les Métissages*. Paris: Fayard.
- BERNAND, C.; GRUZINSKI, S. (2007): *Histoire du Nouvel Monde*, Vol. II, *Les métissages*.
- BERROCAL RANGEL, E.; SILVA, A.C., Eds. (2012): *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: MNA (Suplemento de *O Arqueólogo Português*, 6).
- CORREA, J.A. (2000): “El topónimo *Hispal(is)*”, *Philologia Hispalensis*, 14, 181-190.
- (2009) - “Identidad, cultura y territorio en la Andalucía prerromana a través de la lengua y de la epigrafía”, en WULFF ALONSO, F.; ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M.A. (eds.), *Identidades, culturas y territorios en la Andalucía Prerromana*. SPUM/ SPUS, Málaga, Sevilla, 273-295.
- CROWLEY, E. (1993): *Contracts with Spirits. Contracts with spirits: Religion, Asylum and Ethnic Identity in the Cacheu region of Guinea-Bissau*. UMI Dissertations/ A Bell & Howell Company, Michigan.
- CRUZ ANDREOTTI, G. & MORA SERRANO, B., eds. (2004) - *Identidades étnicas - identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. SPUM, Málaga.
- CARDETE DEL OLMO, M.ª C. (2004): “Ethnos y Etnicidad en la Grecia Clásica”, en CRUZ ANDREOTTI G.; MORA SERRANO, B. (coords.), *Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano*, SPUM, Málaga, 17–29.
- DUBUISSON, M. (1982): “Remarques sur le vocabulaire grec de l’acculturation”, *Revue Belge de Philologie et de l’Histoire*, 60, 5-32.
- (2001): “Barbares et barbarie dans le monde gréco-romain: du concept au slogan”, *L’Antiquité Classique*, 70, 1-16.
- ESCACENA CARRASCO, J.L. (1992): “Indicadores étnicos en la Andalucía prerromana”, *Spal*, 1, 321-344.
- (2010): “El Carambolo y la construcción de la Arqueología tartésica», en BANDERA ROMERO, M.ª L.; FERRER ALBELDA, E. (coords.), *El Carambolo: 50 años de un tesoro*. SPUS, Sevilla, 99-148.
- ESTERMANN, C. (1983): *Etnografía de Angola (udoeste e Centro). Colectânea de artigos dispersos*. 2 vols. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2012) - “Tartesios, Túrdulos, Turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética romana”, en SANTOS YANGUAS, J.; CRUZ ANDREOTTI, G. (eds.), *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua: el caso hispano* (= Revisiones de Historia Antigua, VII), 691-734.
- GARCÍA MORENO, L.A. (1989): “La Hispania anterior a nuestra era: verdad, ficción y prejuicio en la historiografía antigua y moderna”, en *Actas del VII Congreso Español*

de estudios clásicos. Madrid, 20-24 de Abril de 1987, Vol. III. Universidad Complutense, Madrid, 17-43.

- GRUZINSKI, S. (1999): *La pensée métisse*. Paris: Fayard.
- HENRIQUES, I.C. (2004): *Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Universidade de Lisboa/ Centro de História, Lisboa.
- HORTA, J.S., (1995): “Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações”, en *Colóquio Construção e Ensino da História de África: Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1995*. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 181-200.
- (2009): “Ser “Português” em terras africanas: vicissitudes da construção identitária na “Guiné do Cabo Verde” (sécs. XVI - XVII)”, en MATOS, S.C.; HENRIQUES, I.C. & HORTA, J.S., (eds.), *Nação e Identidades. Portugal, os portugueses e os outros*. Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ Caleidoscópio, Lisboa, 261-274.
- JONES, C.P., (1996): “Εθνος and Γένοχος in Herodotus», *Classical Quarterly*. Cambridge, 46.2, 315-320.
- KOCKA, J., (2003): “Comparison and Beyond”, *History and Theory*, 42.1, 39-44.
- LOHMAN, H., (2012): “Ionians and Carians in the Mycale: The discovery of Carian Melia and the Archaic Panionion”, en CIFANI, G.; STODDART, S., (eds.), *Landscape, Ethnicity and Identity in the Archaic Mediterranean Area*. Oxbow, Oxford, Oakville, 32-50.
- MCINTOSH, S.K., (2001): “Tools for understanding transformation and continuity in Senegambian Society: 1500-1900”, en DECORSE, Ch. R., (ed.), *West Africa during the Atlantic Slave Trade: Archaeological Perspectives*. Leicester University Press, London, New York, 14-37.
- MORENO ARRASTIO, F.J., (2000): “Tartessos, estelas, modelos pesimistas”, en FERNÁNDEZ URIEL, P.; WAGNER, C.G.; LÓPEZ PARDO, F., (eds.), *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo. Actas del I Coloquio del CEFYP*. CEFYP, Madrid, 153-174.
- MORET, P., (2004): “Ethnos ou ethnè? Avatars anciens et modernes des noms de peuples ibères”, en CRUZ ANDREOTTI G.; MORA SERRANO, B., (coords.), *Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano*, SPUM, Málaga, 31-62.
- MURILLO REDONDO, J.F., (1989): “Cerámicas tartésicas con decoración orientalizante”. *CuPAUAM*, 16, 149-167.
- PADILLA MONGE, A., (1993): “Caura: el topónimo”, *Azotea*, 11, 63-64.
- SANMARTÍ, J., (1994): “Toponimia y antroponimia: Fuentes para el estudio de la cultura púnica en España”, en GONZÁLEZ BLANCO, A.; CUNCHILLOS ILARRI, J.L.; MOLINA MATOS, M., (coords.), *El mundo púnico. Historia, sociedad y cultura*. Editora regional de Murcia, Murcia, 227-247

- SOARES, C.L., (2003): *A Morte em Heródoto. Valores universais e particularismos étnicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TORRES ORTIZ, M., (2005): “¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado en la Primera Edad del Hierro?”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8.2, 193-213.
- TWIESELDMANN, F., (1971): “La méthodologie du métissage”, *Bulletins et mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris*, 12^a série, 7.2, 145-157.
- VILLAR, F., (2000): *Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania Prerromana*, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- WAGNER, C.G., (2005): “Fenicios en el Extremo Occidente. Conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8.2, 177-192.
- WULFF ALONSO, F.; ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M.A. [eds.], (2009): *Identidades, Culturas y Territorios en la Andalucía Prerromana*. SPUM/ SPUS, Málaga, Sevilla.